



**ACÓRDÃO Nº1272/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11075/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** José de Menezes Pinheiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6482/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE. Exercício de 2016.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. José de Menezes Pinheiro**, ex-Diretor-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo, exercício 2016 de responsabilidade do **Sr. José de Menezes Pinheiro** - Diretor-Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa ao Sr. José de Menezes Pinheiro** no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, I, “a” da Resolução n. 04/2002-TCE/AM pelo atraso no encaminhamento de informações por meio informatizado relativas aos meses de agosto e setembro, item 1 do Relatório Conclusivo n. 97/2018 – DICAMI. Dentro



**ACÓRDÃO Nº1272/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. José de Menezes Pinheiro** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, V da Resolução n. 04/2002-TCE/AM pela prática de ato de gestão antieconômico resultando em injustificado dano ao erário, pelos itens 1.1, 1.10, 1.12 e 2.1 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP e pelo item 8 do Relatório Conclusivo n. 97/2018 – DICAMI. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. José de Menezes Pinheiro** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.11, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.10 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP e pelos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09 do Relatório Conclusivo n. 97/2018 – DICAMI. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. José de Menezes Pinheiro** no valor de **R\$ 85.296,46** (oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e



**ACÓRDÃO Nº1272/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

quarenta e seis centavos) que devem ser recolhidos n prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, fundamentado no art. 304 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM pelas seguintes glosas:

**10.6.1. R\$ 5.280,00** pelo item 8 do Relatório Conclusivo n. 97/2018 – DICAMI;

**10.6.2. R\$ 8.126,25** pelo item 1.1 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP;

**10.6.3. R\$ 13.360,00** pelo item 1.10 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP;

**10.6.4. R\$ 54.594,08** pelo item 1.12 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP;

**10.6.5. R\$ 3.936,13** pelo item 2.1 do Relatório Conclusivo n. 176/2018 – DICOP;

**10.7. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. José de Menezes Pinheiro** em caso de não recolhimento das multas e glosas no prazo estabelecido. Ficando, desde já, autorizada a DEREDE a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

**10.8. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE** que:

**10.8.1.** Observe os prazos para remessa das informações informatizadas à este Corte de Contas;

**10.8.2.** Controle mais detalhadamente a utilização de combustível;

**10.8.3.** Mantenha atualizado o Portal da Transparência do Município, observando com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

**10.8.4.** Realize inventário anual dos bens móveis e imóveis, assim como proceda à atualização dos respectivos valores contábeis por ocasião da elaboração de Balanço Patrimonial, em observância aos princípios contábeis da Continuidade, Oportunidade, Competência e, principalmente do Registro pelo Valor Original.

**10.8.5.** Verifique a implantação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) no que tange à nomeação formal de responsável pelo controle de materiais de consumo com prazo até o fim deste exercício por ocasião da Auditoria a ser realizada em 2015;

**10.8.6.** Mantenha um Controle Interno funcione de forma eficiente;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº1272/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.8.7.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;  
**10.8.8.** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;  
**10.8.9.** Observe com o máximo zelo o Código Tributário Nacional, principalmente, quanto a retenção do ISS na fonte dos prestadores de servidos.  
**10.8.10.** Promova o recolhimento das contribuições sociais dos trabalhadores e patronais nos prazos previstos em lei.

**10.9. Dar ciência deste Acórdão ao Sr. José de Menezes Pinheiro;**

**10.10. Arquivar** os autos nos termos regimentais, após o registro e providências acima.

11. **Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. **Data da Sessão:** 11 de Dezembro de 2019

13. **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14. **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral